



PODER LEGISLATIVO
CAMÂRA MUNICIPAL DE ILHÉUS
GABINETE VEREADOR MESAQUE BARBOZA SOARES

Ilheus(BA),09 de Outubro de 2025.

Indicação nº /2025

Exmo. Sr. CESAR AUGUSTO PORTO RIBEIRO

DD.: Presidente da Câmara Municipal de Ilhéus

O Vereador signatário, com assento nesta casa Legislativa, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 83, inciso III do Regimento Interno, solicita a Vossa Excelência que seja submetida a presente Indicação, após anuência do plenário, indica ao Excelentíssimo **Sr. Valderico Luiz dos Reis Júnior**, Digníssimo Prefeito do Município de Ilhéus que, na conformidade dos poderes que lhe conferem as normas da administração pública, determine ao setor competente **a necessidade de realização da passagem do carro fumacê na comunidade de Vila Freitas.**

Justificativa:

A presente solicitação tem como fundamento a necessidade urgente de intensificar as ações de combate ao mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, zika e chikungunya, doenças que configuram grave problema de saúde pública no Brasil e vêm apresentando aumento significativo de casos em diversas regiões. Segundo o Ministério da Saúde, a utilização do fumacê (nebulização espacial) é recomendada em situações de surto ou iminência de epidemia, como medida complementar às ações de eliminação de criadouros e educação sanitária. A aplicação correta e periódica do inseticida contribui para a redução da população do vetor adulto, minimizando os riscos de transmissão viral.

A comunidade de Vila Freitas tem registrado alto índice de infestação de mosquitos e relatos crescentes de moradores apresentando sintomas compatíveis com arboviroses, o que aumenta a preocupação com a saúde coletiva e a necessidade de intervenção imediata do poder público.

Ressalta-se que a omissão frente a este cenário pode resultar em agravamento da situação epidemiológica local, com sobrecarga na rede de saúde e riscos à vida da população. Diante do exposto, e considerando que compete ao Município desenvolver políticas de prevenção e controle de endemias, nos termos do art. 30, inciso VII, da Constituição Federal, indicamos a adoção desta providência como medida emergencial para garantir a proteção e o bem-estar da comunidade.

Atenciosamente,

MESAQUE BARBOZA SOARES
VEREADOR DO PSDB